

Exma. Senhora
Angela Merkel
Chanceler da
Alemanha

ARIACM/740/MH/ Lisboa, 25 de Maio de 2011

Exmª Senhora,

A CGTP-IN tomou conhecimento, por via de órgãos da comunicação social alemães, da posição assumida por V. Exa., no passado dia 17 de Maio, a propósito da complexa situação que se vive, actualmente, em países como a Grécia, Espanha e Portugal, em que reclamava, nomeadamente, que neles fosse imposta a redução de direitos laborais e sociais como condição para uma “ajuda” alemã a esses países.

É um facto que tal posição foi adoptada no quadro de uma iniciativa do partido político que V. Exa. lidera – a CDU – mas ela não é indissociável da Vossa condição de Chanceler da Alemanha e dos posicionamentos que, nesta qualidade, tem vindo a avançar em nome da “defesa” do Euro e do alegado reforço da chamada governação económica europeia.

Posicionamentos que têm vindo a influenciar de forma determinante o rumo das opções políticas europeias, reflectidas, nomeadamente, no “Pacto para o Euro Mais”, o qual, pelas suas implicações e consequências, tem provocado a indignação e o protesto dos trabalhadores e dos povos europeus, a contestação das organizações sindicais dos Estados-membros e da Confederação Europeia de Sindicatos (CES), que acaba de convocar uma nova manifestação europeia, para o próximo dia 21 de Junho, no Luxemburgo, contra tal instrumento de retrocesso e ingerência.

Não pode, assim, a CGTP-IN - a mais representativa confederação sindical portuguesa, com projecto, com proposta, uma acção responsável e um longo historial de luta determinada e coerente - deixar de lavar o seu protesto junto de V. Exa., pelo alcance e significado das palavras proferidas.

Os problemas das economias mais frágeis da União Europeia não se resolvem com políticas e medidas que determinam a recessão económica, mais desemprego e regressão social, ao mesmo tempo que protegem e acautelam os interesses dos mais fortes e poderosos e dos grandes grupos económicos e financeiros.

No que a Portugal diz respeito, refira-se que, os seus trabalhadores auferem, em média, dos mais baixos salários e pensões de entre os Estados-membros da Zona Euro da União Europeia (o salário mínimo mensal é de 485 euros; a pensão mínima é inferior a 300 euros), são dos que mais horas trabalham (segundo a OCDE, em 2009, os portugueses trabalharam, em média, 1719 horas, ou seja, abaixo, apenas, da Grécia, da Hungria, da Polónia, da República Checa e de Itália) e mais tarde se reformam (em média, acima dos 65 anos). Os problemas de Portugal e dos portugueses resolvem-se por via de caminhos alternativos para a obtenção de recursos financeiros, com mais crescimento, investimento no sector produtivo, mais emprego de qualidade, melhores salários e pensões, maior justiça e protecção social.

No actual contexto de crise, agora do défice e da dívida soberana, os governos nacionais e as instâncias europeias têm, no fundo, optado por salvar o sistema e os verdadeiros responsáveis pela crise, cavando o fosso que cada vez mais separa o rumo da construção europeia do espírito e da letra do tratado fundador e, nessa medida, dos reais interesses e expectativas dos trabalhadores e dos povos europeus.

Os trabalhadores e trabalhadoras europeus necessitam de um outro rumo para a Europa, de uma Europa mais democrática, mais justa, mais inclusiva, mais solidária, uma Europa de cooperação de povos e países soberanos e iguais em direitos.

E este representa um objectivo e ideal de progresso, solidariedade e justiça social, para os trabalhadores portugueses e da Europa em geral, pelo qual não deixaremos de nos bater, em todas as instâncias e a todos os níveis.

Com os nossos cumprimentos,

Manuel Carvalho da Silva
Secretário-Geral